Quinta-Feira, 05 de Novembro de 2026

Banco Master declarou R$ 65 milhões em pagamentos para políticos, aponta Receita

Segundo documentos, quantias foram pagas por serviços de consultoria e de escritórios de advocacia.

Dados da Receita Federal indicam que o **Banco Master declarou cerca de R$ 65,83 milhões** em pagamentos para escritórios de advocacia e empresas ligadas a figuras políticas, conforme informações divulgadas pelo jornal *O Globo*. Os valores constam na declaração apresentada à Receita pela instituição financeira de **Daniel Vorcaro**, que está preso acusado de liderar um grande esquema de fraudes bancárias.

Segundo a reportagem, os pagamentos ocorreram entre os anos de 2023 e 2025, e tiveram como beneficiários nomes como Michel Temer, ACM Neto, Antonio Rueda, Guido Mantega, Fabio Wajngarten, Henrique Meirelles, e o ex-ministro do STF, Ricardo Lewandowski.

Conforme o jornal, o banco declarou o pagamento de **R$ 18,4 milhões para o ex-ministro da Fazenda, Henrique Meirelles**, por serviços prestados ao Master entre 2024 e 2025, o maior montante citado no levantamento.

Já o escritório de advocacia do ex-presidente **Michel Temer recebeu R$ 10 milhões** por serviços prestados em 2025, conforme documento do qual o jornal teve acesso. O emedebista foi contratado por Vorcaro para atuar na tentativa de venda do Master ao BRB, instituição controlada pelo governo do Distrito Federal.

Em nota, Temer afirmou que o valor recebido não é o de 10 milhões, e sim de R$ 7,5 milhões, ressaltando que seu escritório foi "contratado para atividade jurídica de mediação".

Ainda conforme as informações prestadas pelo Master, entre 2024 e 2025, o ex-ministro da Fazenda **Guido Mantega** teria recebido **R$ 14 milhões via empresa de consultoria**.

Já entre 2023 e 2025, o escritório de **Ricardo Lewandowski**, ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), recebeu o pagamento de **R$ 5,93 milhões**. Em nota, Lewandowski disse que retornou às atividades de advocacia em abril de 2023, quando deixou a Corte. "Além de vários outros clientes, prestava serviços de consultoria jurídica ao Banco Master", diz.

Outros repasses citados também incluem o pagamento de R$ 6,2 milhões à empresa do ex-ministro Ronaldo Bento, R$ 5,4 milhões à empresa de ACM Neto, R$ 3,8 milhões à empresa do ex-ministro Fabio Wajngarten, e R$ 2,1 milhões ao escritório de Antônio Rueda, presidente do União Brasil.

Prisão de Vorcaro

Vorcaro foi preso no dia 4 de março durante a terceira fase da Operação Compliance Zero, conduzida pela PF.

A investigação apura fraudes financeiras no Banco Master e uma tentativa de aquisição da instituição pelo Banco Regional de Brasília (BRB), vinculado ao Governo do Distrito Federal (GDF).

O ministro **André Mendonça autorizou a prisão após pedido da PF**, baseado em novos elementos que indicam que o banqueiro teria dado ordens diretas a outros investigados para intimidar jornalistas, ex-funcionários e empresários, além de ter tido acesso antecipado a informações sigilosas da apuração.

Vorcaro já havia sido preso em novembro do ano passado, enquanto tentava fugir para os Estados Unidos no mesmo dia em que o Banco Central anunciou a liquidação do Banco Master.

Dez dias depois, a Justiça resolveu liberá-lo juntamente com outros quatro sócios do antigo banco. Vorcaro foi impedido de sair do país, de exercer atividades no setor financeiro e de ter contato com outros investigados.